



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O CURRÍCULO**

**TELMA CONCEIÇÃO GONÇALVES SILVA**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Jeanne Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

TELMA CONCEIÇÃO GONÇALVES SILVA

### **A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O CURRÍCULO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Avaliador

---

Jeanne de Jesus Rodrigues - Orientadora

---

Telma Conceição Gonçalves Silva

## RESUMO

No cenário educacional é possível averiguar que as concepções a respeito do currículo escolar vêm sendo reformuladas. Isso porque os modelos antigos de currículo não possibilitavam a reorganização dos conteúdos pelo professor. Cobia apenas ao aluno receber essas informações e assimilar os conteúdos. Atualmente o currículo vem sendo pensado de forma que ocorra uma adequação pelo professor para atender às especificidades de sua turma. Essa possibilidade é tanto mais ressaltada quando a escola apresenta uma gestão democrática. Isso porque essa forma de gestão proporciona no espaço escolar momentos de debates e reflexões sobre a prática educativa desenvolvida. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão a respeito da implementação do currículo na escola observada. Pretende-se com esse trabalho apresentar a respeito da teoria atual sobre currículo, fazendo a relação entre a teoria e a prática.

**Palavras-chave:** gestão democrática; currículo;

## SUMÁRIO

Introdução .....	06
Um Currículo para a Cidadania .....	08
Considerações Finais .....	11
Referências .....	13
ANEXO - Projeto Político Pedagógico da Escola MUNICIPAL “MUNDO ENCANTADO” .....	15

## INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de multifuncionalidade, de pluralidade de concepções pedagógicas e de possibilidades didáticas privilegiadas. Sendo assim, a gestão escolar deve estar estreitamente ligada à gestão da atividade de ensino e aos elementos da escola como um espaço educativo. Em uma gestão democrática a maneira de administrar a instituição de ensino deve contar com a participação, transparência e democracia, constituindo-se de forma coletiva, num processo contínuo, definindo a concepção de qualidade na educação e finalidade da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, em seu artigo 14, define no que diz respeito à gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, art. 14).

O convívio democrático na escola é um processo desafiador, que se constrói a cada dia, visando o envolvimento, compromisso e valorização das pessoas envolvidas nas atividades escolares. A construção e o desenvolvimento da gestão democrática devem ser baseados por valores éticos e morais, que conduzam a ações que elevam a autoestima de todos.

Em uma gestão democrática, faz-se necessária a construção de um currículo que esteja de acordo com a realidade escolar e a necessidade da formação da consciência crítica. Há uma relação estreita entre a gestão democrática e o currículo, sendo que este pode atuar como agente transformador das mudanças necessárias para a melhoria do aprendizado dos alunos.

Sendo assim, é necessário que a escola alcance um ensino de qualidade e suas metas sejam alcançadas, buscando despertar o interesse pela aprendizagem numa interação professor/aluno. O currículo deve ser elaborado para ser um facilitador do processo de aprendizagem, valorizando a cultura dos educandos, respeitando seu

conhecimento prévio, numa construção dinâmica e de interação entre o saber escolar e os demais saberes.

Dessa forma, observa-se a garantia de uma das finalidades definidas pela LDB nº 9394/96, artigo 22:

Art. 22- A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p.9)

O currículo deve ser adequado à realidade escolar, para que os conteúdos sejam desenvolvidos de forma que os alunos compreendam o que deve ser desenvolvido, como norteadores dos caminhos a serem percorridos. A esse respeito Dewey, afirmava que o ato educativo era um processo de vida a ser vivido e não uma preparação para a vida futura.

A escola, ao viabilizar ao discente a prática, o acesso ao diferente e ao novo poderá amenizar os desafios que os mesmos enfrentarão no futuro, focando em melhores resultados e na qualidade de Ensino almejada. Espera-se que este trabalho contribua com o desenvolvimento de uma educação mais democrática, com ênfase no desenvolvimento de múltiplas possibilidades de conhecimento.

## UM CURRÍCULO PARA A CIDADANIA

O currículo é uma parte importante da organização escolar e faz parte do Projeto Político Pedagógico de cada escola. Por isso ele deve ser pensado e refletido pelos sujeitos em interação que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente.

(Veiga, 2002, p.7)

Ao estudar a história da educação do Brasil percebe-se que até o desenvolvimento da concepção de currículo para a construção de cidadãos críticos, participativos e atuantes e as questões relativas a reformulações curriculares se fizeram necessárias no decorrer da história educacional do nosso país. Segundo Saviani (2007), nas décadas de 1920 e 1930, reformas curriculares baseadas no pensamento progressista de Dewey estiveram presentes no sistema educacional brasileiro. Essas ideias tiveram influência até o início da década de 1960, quando se adotou uma postura mais tecnicista.

Com as reformas evidenciadas nos anos 1930, com a inserção de um crescente processo de industrialização no Brasil, currículos e programas foram prescritos em um sistema centralizado, com instrumentos controladores. Os pioneiros da Educação Nova, em 1932 não tinham pensamentos homogêneos e suas tendências variavam de uma postura liberal conservadora até uma postura mais radical (Saviani, 2007). No governo de Vargas, entre 1930 e 1937, deu-se ênfase ao ensino profissional, com uma postura mais conservadora.

Com o golpe militar de 1964 ocorreram diversas transformações no aspecto político, econômico, ideológico e educacional. A grande preocupação passou a ser com a eficiência do processo pedagógico, fator importante para o treinamento adequado da grande massa humana do país. Dessa forma, o currículo passou a ter influência de modelos trazidos do exterior com combinações tecnicistas e progressistas. Disciplinas escolares passaram a ser consideradas como instrumentos para o alcance de determinados fins.

Desse modo, uma reorganização do currículo fez-se necessária devido ao surgimento da escolarização em massa, tornando o conhecimento a ser ensinado

padronizado, com a introdução de novos conteúdos. Além de conteúdos a serem ensinados, o currículo envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classe social (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos (Hornburg e Silva, 2007, p.1).

A questão da modernização curricular vem sendo discutida há décadas, visando à melhoria da qualidade do ensino. Segundo Moreira (2013, p.03):

O movimento de renovação curricular dos anos 80 ocorreu predominantemente nas regiões Sul e Sudeste, a partir das eleições de governos de oposições ao regime militar. “A intenção prioritária era melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola pública e reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar que penalizavam, predominantemente, as crianças das camadas populares”.

Atualmente percebe-se que a construção do currículo deve ser elaborada de acordo com as necessidades e particularidades da unidade escolar ou de uma rede de ensino. Segundo a LDB nº9394/96, em seu Art. 27:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da Educação Básica devem ainda observar as seguintes diretrizes:  
 I- A difusão de valores fundamentais do interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;  
 II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;  
 III- Orientação para o trabalho;  
 IV- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (BRASIL, 1996, p.11)

Para que se tenha um resultado satisfatório, o currículo deve ser elaborado preferencialmente em rede, juntamente com os professores e profissionais responsáveis pela educação, verdadeiros conhecedores da comunidade escolar local, atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº9394/96 e aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A construção do currículo não pode ser organizada baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo globalizado e complexo, que deve ter visão de

vários ângulos, construída pelas diversas áreas do conhecimento. A construção do currículo deve viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização, e comunicação com todas as áreas afins.

É importante ressaltar que o currículo da escola observada deve seguir uma base nacional comum, obrigatória em âmbito Municipal, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades da comunidade escolar, possibilidades e peculiaridades locais, ao plano do estabelecimento e às diferenças individuais. Segundo a LDB nº 9394/96 (1996), em seu Art. 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p.11)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio da educação brasileira é oferecer uma educação de qualidade para todos e através da gestão democrática torna-se possível a construção de cidadãos autônomos, capazes de tomar decisões e exercer sua cidadania com sucesso. Convém afirmar que a gestão democrática é construída no cotidiano escolar, na criação e manutenção de atitudes e vivências democráticas, que orienta e viabiliza a prática social da educação com qualidade para todos.

O currículo será elaborado de acordo com as Diretrizes Curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação (2010) e demais legislações e normas pertinentes. Por isso A LDB nº9394/96, em seu art. 32, com a redação dada pela Lei nº. 11.274/2006, afirma que,

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, com o objetivo da formação básica do cidadão, mediante:

I O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p.12)

As mudanças nas práticas educativas e outras práticas de conhecimento se relacionam com as mudanças curriculares. Observando a definição de currículo proposta por Moreira e Silva (1994, p.92):

O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que ativamente em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura. Currículo refere-se, nessa perspectiva, a criação, recriação, contestação e transgressão.

É importante repensar as práticas curriculares, pois como afirmam Moreira e Candau (2007) a respeito da relação entre currículo e cultura:

Insistimos na necessidade de uma nova postura por parte dos professores e dos gestores, no esforço por construir currículos culturalmente orientados. Propomos que se reescrevam os conhecimentos escolares e que se evidencie a ancoragem social desses conhecimentos, bem como que se transforme a escola e o currículo em espaços de crítica cultural, de diálogo e de desenvolvimento de pesquisas (Moreira e Candau, 2007, p.31).

A construção de um currículo crítico e de acordo com as reais necessidades da instituição escolar depende da existência de uma gestão democrática, que esteja aberta ao diálogo com a comunidade escolar e com o poder público. Dessa forma, é necessário elaborar propostas que realmente sejam viáveis e efetivas para a aprendizagem dos alunos.

Segundo Moreira e Candau (2007, p.20),

as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos que aconteçam com nossos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos discutir com eles e elas e sobre as identidades que pretendemos construir.

Dessa forma, vale salientar que a educação constitui-se como um dos caminhos do exercício para a cidadania e construção de um país melhor. Sendo assim é necessário assegurar aos alunos um currículo, métodos, recursos e organizações específicos para atender às necessidades e direitos de todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso: 15/06/2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília/DF, 2005. Disponível: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf). Acesso: 15/06/2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Currículo na alfabetização: concepções e princípios**: ano 1: unidade 1, MEC,SEB, 2012. Disponível em: [pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11](http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11). Acesso: 15/06/2013.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHE, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso: 15/06/2013.

MOREIRA, Antonio Flávio B. Candau, Vera M. **Currículo, conhecimento e cultura**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso: 15/06/2013.

MOREIRA, Antonio Flávio B. e SILVA, Tomaz T. (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994

OLIVEIRA, João Ferreira. **Gestão Escolar Democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua implementação**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf). Acesso: 15/06/2013.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2007.

SILVA, J.M. **A autonomia da Escola Pública**. 3ª ed. – Campinas/SP. Papirus, 1996.

SOARES, Magda. *Entrevista*. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v.18, n.107, p.5-13, 2012.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**.15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

**ANEXO**  
**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DA**  
**ESCOLA MUNICIPAL “MUNDO ENCANTADO”**  
**FELICIDADE – MG**



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL “MUNDO ENCANTADO”  
FELICIDADE – MG**

**MARLY DA CRUZ TEIXEIRA  
MARTA ZITA SILVA  
TELMA CONCEIÇÃO GONÇALVES SILVA  
VALDECINA SANTOS DE OLIVEIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**

**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL “MUNDO ENCANTADO”  
FELICIDADE – MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Jeanne J Rodrigues, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	04
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO .....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	09
2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA .....	09
2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA .....	09
3. CURRÍCULO .....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	16
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	18
7. AVALIAÇÃO .....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
REFERÊNCIAS .....	24

## INTRODUÇÃO

O ato de funcionamento da Escola Mundo Encantado foi o Decreto nº 9044 de 20/04/1929, com o nome de Escolas Combinadas do Mundo Encantado, funcionando durante muitos anos num armazém. Em 1970 foi inaugurado o prédio definitivo da escola, graças à doação do terreno feito pela senhora Tereza Carreira Alvim, situado à Avenida Barão do Rio Branco, nº 360. Foi elevado à categoria de Escola Estadual Mundo Encantado.

Com a resolução 8732/98 de 07/02/1998, a escola foi municipalizada, passando a se chamar Escola Municipal Mundo Encantado. A escola funciona hoje com 07(sete) salas de aula, 01 (uma) sala para professores, 04 (quatro) banheiros, 01 (uma) secretaria 01(um) almoxarifado e 01 (uma) cozinha, 01(uma) biblioteca , 01(um) laboratório de informática e 01 (um) pátio . Conta com 30 funcionários sendo estes nas áreas administrativa, docência, secretaria, serviços gerais e vigias.

A escola atende o Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º Ano e Projeto de Tempo Integral, e tem como instituição mantenedora a Prefeitura Municipal de Felicidade.

A clientela atendida pela escola é bem diversificada, estão incluídos alunos de diversas partes da cidade, periferia, centro e zona rural. A maioria dos alunos pertence às classes menos favorecidas da sociedade, sendo filhos de agricultores, pedreiros, empregadas domésticas, costureiras, desempregados dentre outros. A escola atende alunos de diversas crenças religiosas, com predominância do catolicismo. A inclusão faz parte da filosofia da escola, porém, os professores ainda encontram dificuldades ao trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 (LDBEN, nº 9394/96), a escola passou construir a sua própria identidade, construir o seu espaço de liberdade e de responsabilidade, definir seus rumos e seu planejamento tornando todos os seus envolvidos, comunidade escolar e local numa atuação que os tornam sujeitos históricos de suas práticas.

E por ser um serviço público, o ensino está associado à democracia, descentralização de poder. Por isso a LDB nº 9394/96, em seu artigo 12 estabelece que:

Art. 12- Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I-Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

(...)

VII- informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos e, se for o caso, os responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola. (BRASIL, 1996, p.6).

O Projeto Político Pedagógico significa uma ação coletiva em busca de um bem comum. Segundo VASCONCELOS (2002) Projeto Político Pedagógico é:

A sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento participativo, que se aperfeiçoa na caminhada para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (Vasconcelos, 2002, p.169).

O Projeto Político Pedagógico é um processo, por isso, nunca estará pronto e acabado. Processo esse que inclui a formulação de metas e meios, segundo as particularidades de cada escola, através da criação e valorização de rotinas de trabalho pedagógico em grupo e do compromisso de todos os membros da comunidade escolar.

A Escola Municipal Mundo Encantado, busca reformular o seu PPP tendo como características principais: a totalidade, onde se engloba toda ação da escola; identidade, onde se deixa claro a sua função social, seus valores e princípios; intencionalidade, o PPP será elaborado para ser cumprido e não engavetado; dinamismo, que significa que ele estará em constante movimento, pois na medida em que as metas forem sendo alcançadas, uma nova realidade surgirá; construção democrática, onde será assumido por todos e com todos os seus protagonistas; transparência, nada ficará nas entrelinhas ou obscuro.

Portando, o PPP passa a ser um compromisso social, de todas as pessoas nele envolvido: a comunidade, a família, a escola e os alunos.

## 1- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO:

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mundo Encantado está estruturado de acordo com a legislação vigente, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394, de 20/12/1996, Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020-PL 8035/2010, Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, dentre outros.

Sabe-se que indivíduo, escola e comunidade formam um organismo social vivo, de trocas constantes numa caminhada que visa a uma sociedade forte, justa e saudável. É de grande importância o trabalho integrado entre esses três segmentos. Por isso, a Constituição Federal (1988), em seu artigo 205 afirma que:

Art. 205. A Educação, dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.34).

A Escola Municipal Mundo Encantado enfatiza a responsabilidade de todos sem deixar de lado as esferas administrativas superiores, refletindo o indivíduo que pretende formar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB) destaca a concepção ampla de educação que se expressa no seu artigo 2º:

Art. 2- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.1)

A Escola Municipal “Mundo Encantado” procurando contribuir para uma sociedade com mais qualidade de vida para todos, procura alcançar sua meta através de objetivos que possibilitem à formação de uma consciência social responsável. Trabalhando junto aos alunos à solidariedade, a lealdade, a coletividade, bem como sua capacidade crítica, criativa, comunicativa e transformadora pautada pelo princípio da busca da unidade entre teoria e

prática. Preparando o aluno para o processo social e cultural, como cidadão responsável e futuro profissional competente; oportunizando ao mesmo o exercício de práticas democráticas.

Dentro desses princípios, a escola busca garantir uma das finalidades definidas pela LDB nº 9394/96, artigo 22:

Art. 22- A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p.9)

A escola objetivando alcançar um ensino de qualidade e suas metas estabelecidas incentivarão a aprendizagem dos alunos buscando despertar-lhes o interesse pela aprendizagem numa interação professor/ aluno. De acordo com o PPP da Escola Mundo Encantado (2012),

Adotando estratégias de ensino diferenciadas, inovadoras, inclusivas e criativas; incentivando a participação dos pais na vida escolar dos filhos; trabalhando a inclusão; despertando o gosto e interesse pelas artes e atividades corporais; valorizando a cultura local visando trabalhar a temática da qualidade da educação. (Felicidade, 2012, p.5)

A escola visa em todos os níveis que atende proporcionar ao educando o que lhe é de direito, uma escola de qualidade e eficaz. Segundo Cury (2013, p. 1).

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para a (re) inserção no mundo profissional do trabalho.

Para efetivar esse direito à criança, a escola trabalha de modo facilitador nos processos de aprendizagem, valorizando a cultura de sua clientela. Busca-se também, desenvolver um espaço de acolhimento e respeito às diversas necessidades de seus alunos: física, psíquica e intelectual. Os conhecimentos prévios que os alunos transmitem ganham sentido nessa construção dinâmica que se opera nessa interação constante entre o saber escolar e os demais saberes.

Para desempenhar a sua função social, a escola vincula-se com as questões sociais e com os valores democráticos. Conforme estabelecidos em conjunto com professores, coordenadores pedagógicos, diretor, e comunidade local buscam-se à garantia de uma formação coerente de seus alunos ao longo de sua escolaridade. A escola, em sua organização busca tornar-se eficaz, cumprindo os propósitos de:

Fazer a diferença, zelar pelo desenvolvimento do educando, desenvolvendo os aspectos físicos, intelectuais e espirituais fazendo a inclusão, indo além dos conteúdos, transcendendo o espaço da sala de aula, constituindo também, numa prática social participativa, reflexiva, competente e criativa. (Escola Municipal Antônio Carlos, 2012, p.5)

A Escola Municipal Mundo Encantado se propõe a ser um espaço diferenciado na busca pelo saber. Espaço educacional onde a convivência social é valorizada e as reflexões permitam ao discente interrelacionar o conhecimento historicamente produzido com suas vivências. Deste modo, aprender a entender a sociedade em que vive, com perspectivas de intervenção. (Felicidade, 2012, p.15).

“o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem - mundo, sujeito - objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis”. É refletindo sobre seu ambiente concreto que o homem chegará a ser sujeito.

Mostrar à comunidade escolar a importância de sua participação nos processos de construção e decisão escolar, pautados na democracia e no bem estar coletivos. Valorizar o uso de recursos tecnológicos como a informática, os meios de comunicação (rádio, televisão, entre outros), e promover o contato dos discentes com os mesmos a fim de prepará-los para conviver com a sociedade e suas necessidades.

As finalidades da educação na escola “Mundo Encantado”:

Visam buscar novas alternativas de aprender, de conseguir a participação de toda a comunidade escolar em todos os momentos do planejamento, para que se atinja o “todo” do aluno, buscando o auxílio da família e de todos os segmentos da comunidade. (Escola Municipal Antônio Carlos, 2013, p.14).

## **2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A qualidade de ensino/ aprendizagem de uma escola pode ser analisada de acordo com sua estrutura organizacional, seja ela na estrutura física (espaço), administrativa e pedagógica. A escola tem com função a responsabilidade pela formação integral dos alunos, oferecendo um ensino de qualidade, criando condições e estímulos para que eles estudem mais e obtenham um bom desempenho.

### **2.1 - Estrutura Organizacional Administrativa**

O espaço físico da escola é composto de 07(sete) salas de aula, 01 (uma) sala para professores, 04(quatro) banheiros, 01 (uma) secretaria 01(um) almoxarifado e 01 (uma) cozinha, 01(um) refeitório 01(uma) biblioteca, 01(um) laboratório de informática e 01 (um) pátio.

O prédio tem uma estrutura nova, e já passou por algumas reformas e construção de novas salas. O mobiliário é novo e possui vários equipamentos e recursos tecnológicos que enriquecem a prática pedagógica dos professores. A Escola Mundo Encantado possui no momento um total de 30 (trinta) funcionários efetivos e 05(cinco) contratados que atuam na área administrativa e pedagógica.

A Escola atende alunos da região local, dos bairros vizinhos e zona rural, por isso possui um quadro de alunos bem diversificado.

### **2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

Atualmente a escola precisa e já está passando por um processo de mudança muito grande para se adequar às necessidades atuais. Para Dourado (2013, p.03) “a Educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção de vida social”.

A organização e gestão da escola correspondem, portanto, à necessidade de a instituição escolar dispor de condições e de meios para a realização de seus objetivos específicos. “Elas visam”:

- a) Prover condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula.
- b) Prover o envolvimento das pessoas no trabalho, por meio da participação, e fazer a avaliação e o acompanhamento dessa participação;
- c) Garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos. (Libâneo, 2005, p.294).

Desta forma pode-se dizer que a escola é um espaço de realização dos objetivos de ensino e de aprendizagem. A escola municipal “Mundo Encantado” procura basear-se nos princípios norteadores da LDB (Lei 9.394/96) em busca por um processo de ensino/ aprendizagem mais dinâmico e ativo. A estrutura organizacional pedagógica segundo Alves (1992, p.21), “organizam as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades”. Para alcançar os objetivos propostos a Escola se organiza através de reuniões bimestrais e em conjunto elaboram o planejamento que será trabalhado num processo de ação – reflexão - ação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) PCNs “cabe aos professores organizar e coordenar as situações de aprendizagem adaptando suas ações às características individuais dos alunos para desenvolver suas capacidades”. Por isso a escola “Mundo Encantado” procura adotar estratégias de ensino diferenciado, incentiva a participação mais efetiva dos pais na vida escolar dos filhos, procura formar leitores críticos e participativos “(Escola Municipal Antônio Carlos, 2012, p.5).

A escola não é o único espaço formativo da nossa sociedade. Mesmo sendo a sua ação necessária e insubstituível, ela não é suficiente pra dar conta da educação integral. Assim, a escola é constantemente desafiada a reconhecer os saberes da comunidade, os espaços sociais e os diferentes atores sociais que podem promover diálogo, trocas e transformações, tanto dos conteúdos escolares, quanto da vida sócia FELICIDADE, 2010 p.59).

A escola “Mundo Encantado” procura criar estratégias tais como: reunião de pais, festividades culturais, festivais, atividades do projeto educação integral para trazer a comunidade para dentro da mesma, onde possa ligar o saber com os conhecimentos da comunidade, seja na dança, na música e no teatro.

O espaço de aprendizagem não se restringe apenas as “paredes” da escola, mas também com atividades extraclases. Por isso a Escola Mundo Encantado procura oportunizar aos alunos várias atividades; visita a museu,

teatro, cinema, visando uma formação construtiva para o aluno, para que ele possa participar da sociedade ativamente.

A metodologia, criativa e motivadora, se dá através do desenvolvimento de projetos de estudos que valorizam ações ambientais, sociais e culturais em um contexto de afetividade, promovendo o desenvolvimento integral do aluno, oferecendo educação de qualidade fundamentada em princípios éticos. De acordo com Cunha (1991) Apud Moreira (2013, p.4)

Em termos pedagógicos, adotou-se o ponto de vista de que a escola deveria transmitir a todos os que a ela tivessem acesso, sem discriminação, o saber universal, ou seja, o saber historicamente acumulado, necessário à formação dos cidadãos.

Procurando ensinar e ensinar bem a todos os alunos objetivando a formação integral do educando e o pleno exercício da cidadania, sendo capazes de transformar a realidade onde vivem os educadores e a equipe da Escola Mundo Encantado:

pretendem proporcionar a seus alunos uma vivência em um mundo globalizado, em veloz transformação, possibilitando a formação de sujeitos autônomos e críticos, empreendedores, criativos, íntegros, socialmente responsáveis e capazes de assumir responsabilidades diante da vida. E ainda desenvolve nos alunos a capacidade para aprender, compreender e descobrir que é possível uma relação prazerosa com o saber, motivados a questionarem sempre. A escola procura estimular todo e qualquer conhecimento que, transformado em ação, envolva postura ética, relações e participações sociais e cidadania (Escola Municipal Antônio Carlos, 2012, p. 5).

A enturmação na Escola Mundo encantado é feita de acordo com a idade dos alunos e ordem alfabética devido ao fato de termos muitos alunos Com distorção idade-série. As turmas recebem o nome de Turma 1, Turma 2 e assim sucessivamente.

Os alunos que apresentam baixo desempenho são reagrupados numa turma onde ele se encaixa de acordo com o nível de aprendizagem, quando a criança mostra que já consolidou as suas deficiências, ele volta para sua turma de origem. O objetivo dessa enturmação é trabalhar com alunos que apresentam deficiências nas mesmas habilidades, que se encontram na escala de baixo desempenho ou intermediário para que atinjam o recomendável de acordo com a meta do MEC. Para sanar as dificuldades dos alunos a Escola desenvolve o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), com assessoria da

Secretaria Municipal de Educação, faz avaliações, buscando sanar as deficiências dos alunos, a qualidade da educação e porcentagens cada vez mais satisfatórias, beneficiando os próprios alunos e a sociedade de um modo geral.

### **3- O CURRÍCULO**

A questão da modernização curricular vem sendo discutida há décadas, visando a melhoria da qualidade do ensino. Segundo Moreira (2013, p.03):

O movimento de renovação curricular dos anos 80 ocorreu predominantemente nas regiões Sul e Sudeste, a partir das eleições de governos de oposições ao regime militar.” “A intenção prioritária era melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola pública e reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar que penalizavam, predominantemente, as crianças das camadas populares”.

O currículo que compõe a organização didático-pedagógica da Escola Municipal Mundo Encantado terá uma base nacional comum, obrigatória em âmbito Municipal, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades da comunidade escolar, possibilidades e peculiaridades locais, ao plano do estabelecimento e às diferenças individuais, pois, segundo a LDB (1996), em seu Art. 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p.11)

Na organização curricular deverão ser observados componentes das seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, cultura afro-brasileira e indígena e a Educação Física, que deverá ser integrada à proposta pedagógica da escola, que a ajustará as faixas etárias e as condições da população escolar e outras que se façam necessárias e que deverão estar articuladas com as experiências de vida do

educando, lembrando-se que os conteúdos das áreas do conhecimento poderão ser ministrados de forma interdisciplinar.

Já o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia, sendo que os conteúdos referentes à História e cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros devem constar no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira. Poderá ainda ocorrer o currículo diversificado para atendimento a alunos ou turmas em defasagem de aprendizagem. Segundo a LDB nº9394/96, em seu Art. 27:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da Educação Básica devem ainda observar as seguintes diretrizes:

V- A difusão de valores fundamentais do interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

VI- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

VII- Orientação para o trabalho;

VIII- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (BRASIL, 1996, p.11)

A Escola Mundo Encantado de acordo com a Lei 9394/96, trabalhará com séries anuais, obedecendo a carga horária mínima e 200 dias letivos anuais, e já recebe alunos com atendimento educacional especializado no ensino regular, garantindo o processo de inclusão. O currículo será elaborado de acordo com as Diretrizes Curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação (2010) e demais legislações e normas pertinentes. Por isso A LDB nº9394/96, em seu art. 32, com a redação dada pela Lei nº. 11.274/2006, afirma que,

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, com o objetivo da formação básica do cidadão, mediante:

I O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p.12)

A escola Mundo Encantado desenvolve o seu currículo de modo que o professor atue não somente como um mero transmissor de conhecimentos, mas como aquele que instrumentaliza o aluno a construir o seu conhecimento e agir na realidade em que está inserido. Nesse sentido, Carvalho (s/d) Apud Lopes (2008, p. 14)

Não se pode esquecer que os conteúdos curriculares estão intimamente relacionados aos objetivos de ensino. Portanto é importante e necessário “que as adaptações significativas se desencadeiem a partir dos conteúdos, admitindo-se a possibilidade de que com os conteúdos adaptados, possam-se manter, sem modificar, os objetivos inicialmente estabelecidos”

Nesse sentido, para melhorar o desenvolvimento dos discentes, a escola procura propiciar adequações relativas aos conteúdos básicos do currículo, com a introdução de novos conteúdos essenciais para alunos e turmas específicas.

#### **4 - Tempos e Espaços Escolares**

Para a escola oferecer um ensino de qualidade, ela precisa de tempo e espaço para se organizar, de forma que possa atender as necessidades do aluno. A escola “Mundo Encantado” procura valorizar o tempo como um momento para reflexão, planejamento, tomada de decisões e até mesmas mudanças de práticas, se necessário.

A escola realiza o seu planejamento a cada bimestre, sendo o primeiro, no início do ano com todos os funcionários, para estudo do PPP e do Regimento Escolar, onde são traçadas as metas e ações a serem cumpridas durante o ano letivo. Depois de traçadas as metas gerais, cada segmento reúne e faz o seu planejamento. Ao término de cada bimestre, os segmentos se reúnem para reavaliar o que foi cumprido, o que precisa melhorar e avançar.

Por atender nos três turnos, a escola tem três supervisores pedagógicos, cada um reúne com os professores de seu turno e uma vez no mês, acontece

uma reunião geral onde são tratados assuntos administrativos e pedagógicos. No final de cada bimestre é realizado também o Conselho de Classe.

O Ensino Fundamental apresenta duração de nove anos, está estruturado de acordo com a RESOLUÇÃO SEE Nº 2.179 DE 26 DE OUTUBRO DE 2012 art.28:

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos seqüenciais:

I- Ciclo da Alfabetização, com duração de 3(três) anos de escolaridade, 1º,2ºe 3º ano;

II- Ciclo Complementar, com duração de 2(dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano. (MINAS GERAIS, 2012, p.13)

Apesar do calendário escolar vir pronto da secretária do município, a escola tem permissão para adaptar de acordo com a realidade e necessidade do local. A escola adota a proposta de ciclo, respeitando o momento de aprendizagem de cada indivíduo, tanto na sua capacidade crítica como de análise e percepção de mundo sem ignorar as experiências individuais.

No ciclo a criança deve ser acompanhada e avaliada pelo professor, durante o acompanhamento o professor deverá fazer registros diários do desenvolvimento do aluno. De acordo com Vasconcellos 2006 p.138 “O ciclo de formação é uma maneira de organizar a escola que privilegia a continuidade da trajetória escolar do aluno”, proporcionado situações de novos conhecimentos com o conhecimento já adquirido pela criança.

A escola atende alunos de Tempo Integral, sendo no período da manhã, alunos do 1º e 2º anos e à tarde, alunos do 3º, 4º e 5º anos. Segundo Gonçalves (2006, p.4)

Só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral, se considerarmos uma concepção de educação integral com a perspectiva de que o horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadora.

A escola de Tempo Integral proporciona ao aluno, principalmente os de baixa renda oportunidade de novos conhecimentos cultural e social, oportunizando o indivíduo a participar de novas atividades, seja no teatro, na dança, na música. Apesar de se ter adotado o Projeto de Escola Tempo

Integral, com o desejo de preparar os alunos para viverem numa sociedade democrática, a escola ainda não está preparada para tal atendimento do ponto de vista de espaço, profissionais e organização do tempo.

O espaço escolar pode fazer a diferença na qualidade do ensino/aprendizagem. A escola “Mundo Encantado” possui um espaço muito restrito, dificultando a execução de algumas atividades extraclasse.

Por falta de espaço algumas atividades são realizadas no pátio da escola como no caso da educação física e outras na biblioteca e em sala de aula. Sabe-se que o teatro e dança a música, o esporte ajuda o desenvolvimento cognitivo e psicomotor da criança, mas para que as implantações destas atividades aconteçam é preciso que a escola organize seu espaço e tempo, construindo mais salas e capacitando professores de forma que possa atender significativamente esse público.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

Preocupada em assumir com responsabilidade seu papel social, a comunidade escolar quer através deste Projeto Político Pedagógico oferecer um atendimento integral ao aluno, pautando-se na união e criatividade da equipe e pela gestão democrática e participativa. Para Cury (2005, p.1):

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos.

Esse conceito ressalta a ideia de fortalecimento da democratização do processo educacional e pedagógico, à participação responsável de todos nas discussões, decisões e efetivação das mesmas, dialogicidade e coletividade. Ao contrário do autoritarismo e gerenciamento, a gestão democrática é um processo de partilha e demanda responsabilidades, não apenas sugestões, opiniões, ela requer comprometimento. Portanto, a escola procura sempre uma gestão democrática em suas decisões.

Na escola “Mundo Encantado” ainda não foi instalado o processo seletivo de escolha de gestores, a diretora ainda é escolhida pelo prefeito. A LDB 9394/96 em seu artigo 14 prevê:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996, p.6).

Com o processo de escolha de gestores pela comunidade escolar ocorrem mudanças no cenário educacional da escola e estas influenciarão a comunidade escolar no que diz respeito ao processo de tomada de decisões. Certamente a escola sairá de uma escola conservadora para uma nova concepção de sujeito. Adquirirá maior autonomia financeira, pedagógica e administrativa. Para se chegar à democratização é necessário que toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais e funcionários) participe mais ativamente das decisões da escola. A administração dará lugar à gestão mudando a organização escolar em si, numa escola em que o diretor é eleito pela comunidade escolar, conferindo ao mesmo legitimidade, credibilidade e aceitação.

A escola possui um Conselho Escolar pouco atuante, não possui colegiado e nem grêmio estudantil. O conselho bem como o colegiado é de suma importância para a gestão democrática da escola, pois além de serem compostos por todos os segmentos da comunidade escolar, acompanham e auxiliam os trabalhos desenvolvidos na escola, com funções deliberativas, consultivas, fiscais, pedagógicas. Participam do planejamento da aplicação de recursos, prestações de contas, do processo de aplicações das avaliações externas, elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico. Já através do grêmio estudantil os alunos aprendem a exercer a cidadania em busca dos direitos do estudante. Juntamente com colegiado, grêmio e conselho a gestão da escola será fortalecida e caminhará rumo a verdadeira cidadania.

Quanto ao processo coletivo de avaliação dos serviços escolares, a escola ainda não o fez porque a maioria dos funcionários ainda está no estágio

probatório e a Secretaria Municipal de Educação prefere que a avaliação seja somente a do estágio.

A equipe da escola deve avaliar e se autoavaliar, fazer avaliação aos pares, ser avaliada pelos próprios colegas, colegiado e alunos em reuniões bimestrais e semestrais. Por ocasião dos conselhos de classes professores, alunos e toda a equipe escolar podem ser avaliados no intuito de observar pontos positivos e que necessitam de uma reestruturação. A escola é de responsabilidade de todos, por isso a gestora divide as equipes por segmento, sendo ela a articuladora de todas as equipes, cada grupo tem seu representante, este está sempre ao lado da diretora, atendendo as necessidades específicas. Construindo aos poucos uma visão crítica da escola e fortalecendo a gestão participativa.

## **6 - RELAÇÕES DE TRABALHO**

Dentro de qualquer espaço de trabalho é preciso que cada segmento tenha bem definido os papéis que competem a cada um para que não haja invasão de espaços nem discórdia. Por tal motivo, no interior da Escola Municipal Mundo Encantado existe uma organização quanto a atribuições e funções de cada funcionário de acordo com o setor ao qual o mesmo pertence de modo que todas as tarefas indispensáveis ao ensino-aprendizagem possam ser realizadas com sucesso. Os segmentos são interdependentes e subordinados à gestão escolar, focando seus objetivos no discente. Segundo (CURY, 1992, p. 103).

A divisão que a escola propicia em si e dentro de si não é apenas fruto da divisão social do trabalho. A divisão na e da escola coopera ativamente *como razão e função* da mesma divisão. Enquanto razão, (*logos*) tenta a legitimação da divisão pela mediação de classe.

Na Escola Municipal Mundo Encantado, as atividades cotidianas são direcionadas para o desenvolvimento das competências pessoais. Portanto, relações humanas, embora complexas, são fundamentais na realização comportamental e profissional de qualquer pessoa. Toda relação exige interesse, intenção, interação e consequências. E para que se tenha uma boa

relação no trabalho, é preciso saber conviver com o outro e dar o valor devido à sua vivência e à vivência de outros.

Em relação à formação dos profissionais é de suma importância a capacitação em serviço para que se melhore a formação individual e por sua vez as relações de trabalho, tendo em vista que, capacitar-se e atualizar-se passou a ser demanda primordial, devendo cada um assumir a responsabilidade quanto à sua própria especialização e cabendo à gestão escolar estar sempre incentivando tal processo.

Importante se faz ressaltar que a construção do saber perpassa também sobre o discente e que em tal aspecto as relações de trabalho do mesmo para com os professores precisam ser cordiais e envolventes, o discente precisa perceber no aprendizado oportunidade agradável e motivadora de melhorar o próprio futuro, atuando para tal e se formando ética, político e socialmente.

À coordenação pedagógica dentro das perspectivas das relações de trabalho cabe a construção de um espaço de intervenção e interação entre a atuação dos docentes, mas de maneira calorosa e firme para que as ações a serem tomadas possam ser realmente as mais acertadas em cada situação.

As famílias possuem abertura e participação quanto ao relacionamento escola comunidade, vendo os “muros” da escola como espaços abertos ao debate. Tal atitude além de favorecedora das relações de trabalho, permite que através do envolvimento se consigam resultados mais positivos para o todo escolar. Além de enriquecer o relacionamento professor/aluno a construção do saber e as relações de trabalho gera parceria entre ambos e com ela como nos lembra CURY (2001, p.205),

a relação posta na transmissão do ensino público implica a hierarquia de funções (mestre/estudante) e isto não quer dizer nem hierarquia entre pessoas nem quer dizer que o estudante jamais chegue à condição de mestre. Pelo contrário, a relação do conhecimento existente na transmissão pedagógica tem como fim, não a perpetuação da diferença entre saberes, mas a parceria entre sujeitos.

Toda relação exige interesse, intenção, interação e consequências. E para que se tenha uma boa relação no trabalho, é preciso saber conviver com o outro e dar o valor devido à sua vivência e à vivência de outros.

No ambiente escolar procura-se fazer uso justo da “autoridade” dialogando sempre, ouvindo as partes envolvidas em caso de conflitos baseada no respeito pelos valores de cada um, procura não se exaltar e agir com calma, cultiva um ambiente de cooperação e respeito com toda a comunidade escolar, pauta-se pelas normas regimentais a fim de tomar a melhor decisão. Cultiva um ambiente cooperativo e respeitoso, cria combinados com os alunos, pois o que é feito com a participação dos mesmos há maior probabilidade de ser cumprido. Preocupa com os desentendimentos entre pais e filhos para um melhor entendimento com o aluno. Cultiva o bom relacionamento professor/aluno. Quando alguma ocorrência extrapola sua competência, procura instâncias superiores ou toma uma decisão juntamente com o grupo. Somente através da troca de experiências. Segundo Freire (2001, p. 102),

uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a segurança que se expressa na firmeza com que atua com que decide com que respeita as liberdades, com que discute suas próprias posições, com que aceita rever-se.

Para que se tenha um grupo unido, todo final de bimestre, a escola faz uma excursão com a participação de todos os funcionários, às vezes vão para uma danceteria, sítios entre outros. Esses momentos têm trazido bons resultados e tem aproximado mais os funcionários. Para um melhor entrosamento professor/aluno costuma fazer ao final do semestre excursão de lazer, considerando que de uma forma prazerosa também se aprende, normas, conviver e respeitar os demais.

De um modo geral há um bom relacionamento entre todos da instituição, convivemos com pequenos atritos entre o grupo de auxiliares de serviços, o que se resolve na base do diálogo e respeito.

Na Escola Mundo Encantado busca-se a convivência num ambiente de respeito, de negociações das normas ali estabelecidas, no qual todos aprendem a fazer opções e tomar decisões de forma responsável e segura. Procura fazer com que pais, alunos e professores sejam grande aliados na jornada educativa.

## 7- AVALIAÇÃO

A avaliação está juntamente ao processo ensino/aprendizagem e vinculada à prática educativa. Após sua aplicação e análise dos resultados dá suporte para que os objetivos sejam redirecionados afim de replanejar se for o caso.

A Escola Mundo Encantado vem fortalecendo a avaliação processual, cumulativa e formativa, até porque se trabalha o sistema de ciclo. Porém, a Secretaria Municipal de Educação, exige que, mesmo sendo ciclo, o registro de notas seja bimestral e as avaliações cumpram o cronograma elaborado pela coordenadora pedagógica. Nesse cronograma, já vêm estabelecidas as datas e os valores de cada prova, teste, trabalho e procedimento dos alunos.

Muitas vezes, a realidade fica muito distante do que se quer na educação. Esse modelo exigido pela Secretaria Municipal de Educação resguarda a existência de práticas tradicionais, como provas e testes de mensuração. Por isso, na Escola Municipal Mundo encantado, “a avaliação tem sido amplamente discutida, pois um dos grandes desafios é o conflito de paradigmas entre a avaliação que temos e avaliação que queremos.”

A avaliação tem sido tema de muitos debates atualmente entre os educadores, e continua sendo mal resolvida no âmbito escolar e nos sistemas e para (HOFFMANN, 1991, p.1)

O sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento, a transformação... o que implica num processo de interação educador e educando, num engajamento pessoal a que nenhum educador pode se furtar sob pena de ver completamente descaracterizada a avaliação em seu sentido dinâmico.

Entende-se que a avaliação deve ser um instrumento que integre e perpassa o processo de ensino/aprendizagem e, a cada realização, redirecione os objetivos e as estratégias desse processo. A avaliação sendo parte de um processo é usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do aluno, como no sentido de uma apreciação final para o professor rever seu planejamento e sua prática pedagógica.

Para que seja um instrumento útil ao professor, a avaliação necessita definir objetivos claros do que pretende e adotar critérios estreitamente

relacionados a esses objetivos, sempre dentro de um contexto. De acordo com os PCNs (1996)

para avaliar segundo critérios estabelecidos é necessário considerar indicadores bastante precisos que sirvam para identificar de fato as aprendizagens realizadas. No entanto, é importante não perder de vista que um progresso relacionado a um critério específico pode manifestar-se de diferentes formas, em diferentes alunos. E uma mesma ação pode, para um aluno, indicar avanço em relação a um critério estabelecido, e, para outro, não. Por isso, além de necessitarem de indicadores precisos, os critérios de avaliação devem ser tomados em conjunto, considerados de forma contextual e, muito mais do que isso, analisados a luz dos objetivos que realmente orientam o ensino oferecido aos alunos. (BRASIL, 1996, p.92)

A Escola Municipal Mundo Encantado, vem fortalecendo a avaliação diagnóstica avalia-se para diagnosticar avanços e entraves conforme (HOFFMANN, 1991, p. 79).

[...] o processo avaliativo a que me refiro é um método investigativo que prescindir da correção tradicional, impositiva e coercitiva. Pressupõe isso sim, que o professor esteja cada vez mais alerta e se debruce compreensivamente sobre todas as manifestações do educando. A avaliação somativa visa à classificação dos alunos e é aplicada ao final de uma etapa ou curso

Segundo Haydt (2000, p.9), a avaliação somativa tem como função classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, através de medidas ou quantificações para determinar se ele será aprovado ou reprovado.

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso em números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo do fenômeno a ser descrito. (Haydt, 2000, p.9)

Acredita-se que a melhor forma de avaliar é a formativa, como defende (PERRENOUD, 1999, p.11)

Falar de avaliação formativa não é mais apanágio de alguns marceiros. Talvez passemos – muito lentamente da medida obsessiva da excelência a uma observação formativa a serviço das aprendizagens. Todavia, nada está pronto! [...] avaliação está no âmago das contradições do sistema educativo, constantemente na articulação da seleção e da formulação, do reconhecimento e da negação das desigualdades [...] Não se pode melhorar a avaliação sem tocar no conjunto do sistema didático e do sistema escolar.

Pois ela visa o desenvolvimento do aluno como agente de sua aprendizagem e ser global, onde trabalha todas as suas potencialidades. Que não se centra apenas no aluno e no professor, mas que seja inserida no contexto escolar, se relacionando com todos das comunidades escolar, local e com o currículo. Que a avaliação não seja mais para punir, mas para construir.

Espera-se que uma nova forma de avaliar o processo ensino/aprendizagem seja implementado cuidadosamente na Escola Mundo Encantado, onde o aluno tenha o prazer de fazer e refazer construindo seu conhecimento em busca da cidadania plena.

## **Considerações Finais**

Com o PPP, a escola ganha um novo rumo, sendo que de acordo com a LDB nº 9394/96, o projeto político pedagógico torna os professores artífices de uma obra democrática e autônoma. Segundo Castro Neves (1995, p.121) “a autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e implementar um projeto pedagógico que seja relevante à comunidade e à sociedade a que serve”.

A elaboração desse projeto muito contribuiu para o crescimento de todos que se envolveram nesse trabalho. As experiências acumuladas pelos professores, pais de alunos, funcionários, direção, supervisão e comunidade local se transformaram em base para melhoria da educação.

Todos os envolvidos estão se sentindo responsáveis pelo que fizeram e contribuíram – essa é a diferença na qualidade que será obtida e almejada. Todos estão conscientes de que somente na coletividade, democracia, comprometimento e envolvimento é possível instaurar uma gestão democrática consolidada. Como afirmam Romão e Padilha (1997, p. 23):

A gestão democrática não é um processo simples, de curto prazo, mas também, não é um processo tão complexo ou irrealizável. A elaboração do projeto político pedagógico da escola, a implementação de conselhos de escolas que efetivamente influenciou a gestão escolar como um todo, à medida que, garantem a autonomia

administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público.

Assim, a Escola Municipal Mundo Encantado, após a elaboração final do PPP se conscientiza de que na educação a visão de totalidade deve sobrepor-se à política fragmentada, centralizadora, desarticulada, descontínua e alia-se a uma política que fomenta a coletividade, a relação dialética e a democracia.

## Referências

BRASIL. FEDERAL, **Senado. Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília (DF): Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 1996 v.I.; II.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso 21/05/2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil **Educação e contradição**. 5.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) **Gestão democrática da educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CARLOS. **Projeto Político Pedagógico**. Teixeira, MG. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Caderno CENPEC, n°2 – Educação Integral – 2º semestre, 2006. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/estempointegral/Reflexoesedintegral.pdf?t=003>. Acesso: 21/05/2013.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola a universidade**. Porto Alegre, Mediação 1991.

**LIBÂNEO**, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8ª ed., São Paulo, Cortez, 2005.

LOPES, Esther. **Flexibilização Curricular: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência nas classes comuns da Educação Básica**. Secretaria de Estado da

Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Londrina, 2008. Disponível em: [http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/educacao\\_especial/materialflexibilizacurricular.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/educacao_especial/materialflexibilizacurricular.pdf). Acesso: 15/05/2013.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.** Disponível em: [http://sind-utegovernadorvaladares.blogspot.com.br/2012/10/resolucao-see-n-2197-de-26-de-outubro\\_3552.html](http://sind-utegovernadorvaladares.blogspot.com.br/2012/10/resolucao-see-n-2197-de-26-de-outubro_3552.html). Acesso em: 21/05/2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Educação e Sociedade, vol.21, nº73. Campinas, SP. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-7330200000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7330200000400009). Acesso: 01/05/2013.

NEVES, Carmem M. de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da Excelência à Regulação.** Entre duas Lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROMÃO, José Eustáquio & PADILHA, Paulo Roberto. Diretores Escolares e Gestão Democrática da Escola. IN: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (Orgs). **Autonomia da Escola – princípios e propostas.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 91-102.

ROSITA, Edler Carvalho. **Adequação Curricular: um recurso para a educação inclusiva,** sd, p.1.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 7º ed. São Paulo: Libertad, 2006. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso: 21/05/2013.